APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Museus, sustentabilidade e consequências climáticas: perspectivas críticas

Hugo Menezes Neto*
Sue Costa**

O desenvolvimento e o colonialismo chegam subjugando, atacando, destruindo. Quando se introduz o desenvolvimento em espaços onde o povo vive do envolvimento, quando modos de vida são atacados, quando o envolvimento é atrofiado, invisibilizado e enfraquecido, vai haver reação. Quais as consequências da destruição das condições de existência de um ambiente? As vidas que pertencem a esse ambiente vão querer viver em qualquer outro ambiente. Como elas não estão preparadas para viver em qualquer outro ambiente, terão que se preparar. (Bispo dos Santos, Antônio, 2023, p.97).

Estamos diante do ataque e da destruição do ambiente pelo desenvolvimento e pelo colonialismo, estamos assistindo à “destruição das condições de existência de um ambiente”, nos termos de Antônio Bispo dos Santos, e, contraditoriamente, ainda debatemos pouco sobre o tema na interface com o campo dos museus e patrimônios. A Museologia, ao menos a que acreditamos – aquela inscrita na discussão crítica das operações museais, das gerências patrimoniais que envolvem a história oficial, e do controle da produção de memórias e narrativas –, pode oferecer um ponto de vista singular acerca de como sustentabilidade e consequências climáticas são categorias e conteúdos agenciados e enquadrados pelas instâncias de validação, como o museu. Com vistas a contribuir com esse debate urgente e inescapável, precisamos empreender esforços para mobilizar noções como memória e patrimônio a serviço da crítica ao sistema destrutivo e à “preparação” para novas formas de vida.

A maquinaria museal¹ - tradicionalmente instalada em um conjunto de instituições administradas por uma elite intelectual e/ou política, fundamentada em um repertório conceitual colonialista e desenvolvimentista - ainda não encontrou plenamente

* Professor do Departamento de Antropologia e Museologia, e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-doutorado no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona, Lisboa-Portugal. E-mail: hugo.menezesnt@ufpe.br

** Coordenadora de Comunicação e Extensão do Museu Paraense Emílio Goeldi, Professora do Curso de Museologia e da Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural, da Universidade Federal do Pará. Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Pará. E-mail: sue.costa@gmail.com

¹ Em alusão à ideia de maquinaria patrimonial, de Jeudy (2005)

seu lugar na trincheira da luta pelas questões ambientais. A começar, os museus, e seu poder de produzir e difundir verdades, devem colaborar efetivamente com a desarticulação do binômio natureza e cultura, responsável por parte relevante das balizas morais e socioeconômicas do desenvolvimento e do colonialismo. Como segue ensinando Antônio Bispo dos Santos (2023, p.21): “os povos da cidade precisam acumular, acumular dinheiro e acumular coisas. Estão desconectados da natureza, não se sentem natureza”. Estamos desconectados da natureza. Alguns povos, como nós, não se sentem natureza. Nesse sentido, debater a destruição do ambiente, o fim do mundo como o conhecemos, ou o fim da vida humana na Terra, é politicamente significativo e faz repensar, como efeito, esse paradigma eurocentrado e nocivo a tudo o que deriva do planeta. Nós somos natureza e cultura, somos parte da biosfera.

Como desdobramento, os museus têm potencial para engendrar re-narrações (DAS, 2011) sobre o mundo, narrações politizadas que partem da oposição àquelas consensualmente aceitas e tidas como oficiais. Estamos falando do potencial para contar uma nova história do colapso ambiental e da destruição do planeta, em duas frentes. A primeira delas, iluminando uma enorme desigualdade no quadro dos impactados, destacando que os grupos alojados nas minorias sociais de países colonizados sofrem primeiro e de modo mais agudo com a atuação devastadora do antropoceno (Latour, 2014), negroceno (Ferdinand, 2022) ou capitaloceno (Haraway, 2016). Mulheres das periferias das grandes cidades e as populações negras e indígenas, por exemplo, sentem primeiro a incidência das mudanças ambientais (ou das piores), como as consequências climáticas. O colapso ambiental, assim sendo, tem constituintes racistas, sexistas, patriarcais. A segunda frente de atuação é a responsabilização dos verdadeiros culpados, o que imediatamente nos remeterá às soluções reais. Os grandes conglomerados industriais e empresariais - apoiados por políticas públicas que protegem mercados, promotores da exploração de matéria prima e da precarização da vida de diversas comunidades e grupos sociais – disfarçam, por entre o discurso do desenvolvimento, sua atuação altamente poluidora e destrutiva, tal qual o agronegócio, a produção de combustível fóssil e de energia. A saída, se é que ainda há tempo, não está na pequena mudança doméstica, nos hábitos de consumo do cidadão comum, no uso da ecobags, dos equipamentos com selo verde ou outra solução paliativa que não comprometa a gestão de negócios e lucros implicadas na destruição do planeta; o caminho, ou a revolução, é de outra ordem e aponta para a mudança no sistema capitalista.

A utopia do “corte do mal pela raiz” deve ser o ponto de partida para o debate museológico, elaborando com vigor re-narrações politizadas e legitimadas pelos museus. A museologia e os museus têm começado, assim esperamos, a se desvincular dos

discursos de acomodação e de quietismo conformados no argumento sedutor da falácia da sustentabilidade. O campo museal e o debate museológico estão, torcemos de modo otimista, inclinados a alertar que, depois de séculos de hegemonia da lógica do consumo e acúmulo, “vai haver reação”, como diz Bispo dos Santos. A utopia do fim do capitalismo é o pensamento radical de mudanças fatais, não apenas de adaptação para a vida sustentável.

Vale lembrar que muitos mundos já foram destruídos pelo desenvolvimento e pelo colonialismo, entretanto, são destruições encobertas pelo negacionismo científico (Latour, 2014) e pela história oficial, elementos a serem confrontados por uma experiência museal e patrimonial crítica e politizada. Os povos originários, por exemplo, têm seus mundos aniquilados desde 1500 e continuam alertando, sem sucesso, para os perigos do modo de vida colonizador. Uma pseudociência oferece subsídio para a negação do aumento da temperatura global e do nível da água, enquanto mestres e intelectuais como Kopenawa e Albert (2015) persistem em reproduzir o grito de alerta ancestral de seus povos de mundos destruídos.

Estamos apreensivos, para além da nossa própria vida, com a da terra inteira, que corre o risco de entrar em caos. Os brancos não temem, como nós, ser esmagados pela queda do céu. Mas um dia talvez tenham tanto medo disso quanto nós! (...) Só existe um céu e é preciso cuidar dele, porque se ficar doente, tudo vai se acabar. Talvez não aconteça agora, mas pode acontecer mais tarde. Então, vão ser nossos filhos, seus filhos e os filhos de seus filhos a morrer (Kopenawa; Albert, 2015, p.498).

Tentando impulsionar o debate exposto, este dossiê reuniu artigos que alinham museus, maquinaria patrimonial e museologia à agenda política mundial em torno do colapso ambiental e as consequências climáticas. A posposta é articular observações, experiências e análises propondo um repertório de ideias em torno da possibilidade de desmobilização de paradigmas culturais (auto)destrutivos da modernidade e do capitalismo, conseqüentemente, em torno da proposição de novos modelos socioeconômicos e culturais.

Encontramos trabalhos que entendem o museu como lugar paradigmático para o debate público com base na crítica ao desenvolvimento e a colonialidade, como lugar para o enfrentamento, ao seu modo, das estruturas da destruição da vida na Terra. Também, trabalhos que enxergam o museu, como espaços para fabulações de novas formas possíveis de viver e partilhar o mundo com outros seres viventes. Recebemos, portanto, contribuições implicadas na compreensão crítica da noção de desenvolvimento sustentável, alinhadas com questões prementes e que deveriam ser caras aos museus, tais como qualidade de vida, desenvolvimento humano, bem-estar, igualdade social e

socioambientalismo.

Considerando o papel social dos museus e dos agentes patrimoniais como ponto focal de narrativas coletivas e políticas, colocamos em diálogo autores/as atentos/as aos processos contemporâneos de despolítica dos museus, e do debate patrimonial, em virtude do seu compromisso (ou adesão ideológica) com as diretrizes neoliberais forjadas nas chaves do turismo alienante predatório, empreendedorismo desnaturalizado e da sustentabilidade alegórica. Diretrizes que enfraquecem intencionalmente a dimensão política e o poder de atuação das instituições diante dos desafios ambientais atuais e futuros. Por outro lado, os artigos se conectam por projetarem o potencial de mobilização e transformação social desses espaços, sua força para politizar re-narrações, conscientizar e reagir frente à questão: o que dizem os museus sobre o colapso ambiental que vivemos?

No artigo “Preservação patrimonial e impactos ambientais na Amazônia brasileira: a necessidade de um debate decolonial sobre as ilhas de Ananindeua-PA”, Victória Emi Murakami Vidigal e Carmen Lucia Souza da Silva adotam uma perspectiva decolonial para analisar o arquipélago de nove ilhas, banhadas pelo rio Maguari, na cidade de Ananindeua, no Pará. O arquipélago, em 2022, foi reconhecido como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do referido estado. Vidigal e Silva partem da problemática das edificações realizadas próximas ao rio, impactando as atividades humanas das comunidades, contudo, desdobram o argumento e analisam “as implicações ambientais que podem resultar do entendimento distorcido sobre o progresso”. O ponto de partida, portanto, é como a ideia de desenvolvimento e os processos de turistificação da região afetam diretamente a chancela patrimonial conquistada e agenciada pela população tradicional amazônica, em particular as comunidades dessas ilhas urbanas, no que concerne à preservação de suas identidades, memórias e modos de vida em conexão com a natureza. Para elas, “a preservação desses elementos é crucial para a manutenção de uma região vital para o planeta, o que se insere nas discussões globais sobre as consequências da crise climática enfrentada atualmente”.

A argumentação das autoras provém de um viés decolonial para analisar criticamente as ações decorrentes da visibilidade econômica e turística que as Ilhas receberam com o reconhecimento/chancela político. Esforçam-se, com êxito, para desvincularem-se de uma interpretação patrimonial de estruturas coloniais brancas e elitistas, a fim de produzir “contranarrativas” compostas de novas perspectivas e paradigmas. Desse modo, elas discutem a relação entre patrimônio, as violentas estruturas de colonização e o racismo ambiental, provocando os/as leitores/as a pensar: o patrimônio é de quem e para quem? Quais são as histórias contadas a partir do discurso oficial? Quem

realmente prioriza o sentimento e a identidade do lugar?

O segundo artigo, “Museus e Emergência Climática: ações do Ecomuseu Ilha Grande para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, de Gelsom Rozentino de Almeida e Vivianne Ribeiro Valença, apresenta uma reflexão sobre a emergência climática e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU – Agenda 2030, a partir das ações desenvolvidas pelo Ecomuseu Ilha Grande – ECOMIG, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. O texto problematiza como os Ecomuseus podem contribuir para a reflexão e a preservação do ambiente, atentando para as premissas da Agenda 2030. Para Almeida e Valença, o Ecomuseu “é um importante instrumento potencializador de reflexão e práticas educacionais sobre o futuro do nosso planeta”, logo, as questões ligadas à destruição ambiental não se reduzem a uma abordagem climática ou biológica, devendo ser analisada criticamente também pelas instituições museais. A emergência climática, analisam eles, impõe a necessidade de medidas estruturais para o enfrentamento às suas causas e efeitos, então, tentam responder: o que os museus têm a ver com a Agenda 2030?

O texto tensiona essa resposta destacando que a partir das propostas das Nações Unidas, do *Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC* e do *International Council of Museums – ICOM*, os museus devem criar estratégias que contemplessem os Objetivos para um Desenvolvimento Sustentável ODS (Agenda 2030). Especialmente os ecomuseus e museus comunitários por ocuparem um lugar privilegiado nesse debate, devido à proximidade com as comunidades e os territórios. No caso específico da Ilha Grande - reconhecida pela UNESCO, em 2019, “como parte do primeiro sítio misto brasileiro juntamente com Paraty, considerado, simultaneamente, patrimônio cultural e ambiental, um Patrimônio Mundial da Humanidade” - as comunidades tradicionais sofrem com a invasão turística desenfreada e a especulação imobiliária. Diante disso, o Ecomuseu Ilha Grande, analisam Almeida e Valença, “torna-se um instrumento potente de valorização da cultura e da biodiversidade. Um agente de transformação social, de debates, articulações, força política e de grande reflexão”.

No artigo “Programa de Sustentabilidade do Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos: para uma abordagem integrada entre patrimônio, sociedade e território”, Diego Vaz Bevilaqua, Carla Maria Teixeira Coelho, Christiane Duarte, Marcos José de Araújo Pinheiro e Roberta dos Santos de Almeida, analisam as estratégias definidas no Programa de Sustentabilidade do Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), localizado no campus Manguinhos-Maré da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. O Programa

de Sustentabilidade, além do aumento dos espaços museais, diz os autores, “centra-se na ampliação do envolvimento da comunidade, no fortalecimento dos laços com o território ao público e na melhoria das estratégias de conservação dos bens culturais frente aos riscos identificados na contemporaneidade”. Tais riscos, vale ressaltar, são severamente potencializados pelas consequências climáticas. Diante da implementação do Programa, que abrange aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos, a instituição busca “ampliar sua contribuição para a qualidade de vida da população local”, alinhando seus intentos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU.

Bevilaqua, Coelho, Duarte, Pinheiro, e Almeida discutem, então, as bases conceituais adotadas para o do Programa e as suas diretrizes de sustentabilidade, fundamentadas em conceitos oriundos de diferentes campos, a partir de uma abordagem interdisciplinar e da construção participativa. Em última instância, a elaboração do Programa visa “contribuir para a promoção da vida digna para todos”, diante das “emergentes consequências das mudanças climáticas e dos impactos na preservação sustentável do patrimônio cultural material e imaterial”. Por fim, o trabalho apresenta o caso do NAHM como exemplo emblemático para pensar sobre as iniciativas de uma unidade institucional da Fiocruz que coloca o patrimônio cultural como fundamento conceitual de ações, que impulsiona um órgão inicialmente desconectado com a questão patrimonial à disposição para o avanço da integração entre a sociedade e o patrimônio cultural. Como desdobramento, o argumento dos autores, considerando o conceito de Determinantes Ambientais e Sociais da Saúde, reforça a ideia de que as atividades culturais propostas por órgãos públicos incidem positivamente sobre a condição de saúde e bem-estar. Em suas palavras: “Entendemos, portanto, que o campus Manguinhos-Maré da Fiocruz representa um lugar de transformação e impulsionador do bem-estar social do território do qual faz parte, sendo este marcado pela vulnerabilidade em múltiplos aspectos”.

No artigo “Governamentalidade neoliberal, governança museal: questões para pensar os museus em tempos de mudanças climáticas”, Luiz Eduardo Pinheiro Sarmiento discorre sobre como a lógica neoliberal tem moldado novas configurações de governança museal. O texto elabora um exercício crítico acerca da fabricação das identidades institucionais, mas, aprofunda e desdobra-se, de modo potente, na assunção dos debates acerca das mudanças climáticas e da construção de comunidades sustentáveis, a fim de compreender como a experiência museal pode promover “conscientização, mitigação e resiliência diante das demandas por justiça climática”.

Sarmiento descreve e analisa o deslocamento das práticas e atitudes dos museus

que, instalados nas racionalidades e sensibilidades neoliberais, com bases no empreendedorismo e na autossuficiência, são impelidos a pensar e atuar frente às consequências climáticas e a repensar seus processos de governamentalidade quando da emergência de novos valores no âmbito das políticas culturais e das práticas institucionais. Se, a princípio, os museus adotaram uma governança organizada para obter vantagens competitivas, os novos tempos de antropoceno exigem, como dobra inescapável, novos modelos, “observando a posição da experiência museal, com seu turno produtivo, frente à lógica cultural hegemônica, procuramos inquirir como as instituições vem se engajando nas discussões mais urgentes da atualidade”. O autor dedica-se, portanto, a construir um argumento forte no qual as instituições museais assumem novas formas de governamentalidade das mudanças climáticas, e analisa técnicas de responsabilização moral provocada pelos museus que figuram, de sua perspectiva, como instrumentos de circulação de conceitos, “participando, com novas formas, práticas e discursos, de um processo de responsabilização que orienta a conduta do indivíduo em relação à eventualidade das mudanças climáticas”. Enfim, conclui Sarmiento, as instituições museais estão “se ajustando para serem lugares dedicados a moldar o comportamento e os hábitos de indivíduos e populações para estilos de vida sustentáveis, criando, por consequência, uma sensação de responsabilidade moral enquadrada, como um modo de disciplinar o futuro”.

Iván Borroto é o autor do artigo “Narrativas do meio ambiente em exposições etnográficas e de história natural”, no qual ele analisa as limitações e possibilidades constitutivas da experiência de exposições de história natural e etnográficas, com vistas a seus efeitos para a educação ambiental em museus. Posteriormente, ele descreve as exposições de história natural do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), analisando seu potencial impacto nos visitantes, no intuito de discutir comparar com a expressividade das exposições etnográficas de caráter colaborativo, feitas, no caso, junto com representantes de povos indígenas da Amazônia. O argumento do autor se constrói na ideia de que as exposições de história natural frequentemente se apresentam com representações biocêntricas, ecocêntrica e antropocêntrica do ambiente, que podem favorecer o desenvolvimento de uma educação ambiental conservacionista. Por outro lado, nas exposições etnográficas, e especialmente naquelas com traços de curadoria colaborativa com povos indígenas, apresenta-se a representação do ambiente de modo sociocêntrico e fincado nos saberes dos povos originários, com potencial para promover uma educação socioambiental crítica no museu.

O autor celebra as mudanças na dimensão expositiva do Museu Paraense Emílio Goeldi, aberto, nos últimos anos, à emergência de processos colaborativos de pesquisas

e de divulgação delas por meio de exposições colaborativas que se amparam em representações sociocêntricas. Segundo ele, “a representação sociocêntrica do meio ambiente e saberes ambientais, pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação socioambiental com potencialidades para a promoção de novas relações entre sociedades e meio ambiente, úteis para o enfrentamento da crise socioambiental”. Por ser/estar em um território sociobiodiverso mundialmente conhecido, o MPEG tende a dar cada vez mais atenção aos novos formatos curatoriais para a execução de suas exposições.

O dossiê se encerra com o artigo “A produção de acervo audiovisual do Museu Suape: a musealidade dos debates políticos sobre impactos socioambientais de grandes empreendimentos”, de Hugo Menezes Neto, Júlia Morim e Alex Vailati. Nesse texto, os autores engendram um debate sobre os acervos dos museus virtuais, partindo da experiência do Museu Suape, projeto que vislumbra formar um acervo fotográfico e fílmico, reunindo o que já foi produzido sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), instalado no Cabo de Santo Agostinho (PE), bem como, engajando-se em produzir peças novas, documentários atuais acerca do tema. O CIPIS, implementado na década de 1970, causou irreversíveis impactos ao ambiente e à vida de muitas comunidades do litoral sul de Pernambuco. Diante disso, o Museu Suape, entre outros objetivos, intenta produzir contranarrativas à história oficial do desenvolvimento, ou uma nova história do ponto de vista dos moradores da região. Para o artigo, os autores focam na primeira produção audiovisual realizada pelo Museu, já disponibilizada no seu acervo, a série de filmes Vozes de Suape. A ideia é examinar os filmes não como a museália em si, mas como suporte para as narrativas dos/as moradores/as da Praia de Suape, pensando, tais narrativas, como os verdadeiros objetos das operações de musealização e detentoras de musealidade própria, por sua importância política e social da atualidade e, posteriormente, para a história da comunidade, inevitavelmente ligada aos grandes empreendimentos e as destruições socioambientais da região.

As reflexões apresentadas por Menezes Neto, Morim e Vailati, apontam para as, desejadas, implicações de museus virtuais nas disputas de narrativas e de construção de memórias sociais, expondo a reflexão dos próprios moradores sobre os impactos socioambientais causados pelo referido empreendimento, em uma região de intensa e assimétrica disputa entre a comunidade local tradicional, essencialmente de pescadores, e os grandes empreendimentos capitalistas predatórios. Por fim, eles destacam o aumento do número de museus virtuais e iluminam o papel social dessas instituições para discutir “a partir dos conteúdos memoriais e patrimoniais, temas caros ao contexto atual, como qualidade de vida, desenvolvimento humano, bem-estar, igualdade social e socioambientalismo”. Os museus virtuais, como o Museu Suape, informam os autores, tem

potencial de mobilização e transformação social, “força para politizar, conscientizar e reagir”, questionando as diretrizes neoliberais que destroem o planeta.

Esperamos que a leitura dos seis artigos deste dossiê seja provocadora e inquietante, uma vez que:

Os museus devem produzir mais dúvidas e menos convicções, desestabilizar e não aquietar. Em se tratando do apocalipse anunciado/traduzido pela ideia de Antropoceno, Latour (2014, p. 22) é enfático ao considerar que “em caso de guerra, a atitude não é de complacência, apaziguamento e delegação aos experts”. Os apaziguadores, continua Latour, negam a existência da guerra pela definição e controle do mundo em que habitamos coletivamente.”. (Menezes Neto; Costa, 2019).

Referências

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo, Ed. Ubu, 2023.
- DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, v.37,p. 9-41, 2011.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *Revista Clima Com Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, Ano 3, n. 5, p. 139-146, 2016.
- JEUDY, Henri-Pierre. *O Espelho da Cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014.
- MENEZES NETO, Hugo; COSTA, Sue. O Antropoceno no Museu do Amanhã (RJ): perspectivas críticas à exposição de longa duração. *Museologia e Patrimônio*, v.12, n.1, p.90-117, 2019. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/744/671>. Acesso em: 09 dez. 2024
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.